Clipping
www.adimb.com.br - adimb@adimb.com.br
ADIMB
Agência para o Desenvolvimento
Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira

02 de setembro de 2016

O conteúdo das matérias é de inteira responsabilidade dos meios de origem

---

A missão da ADIMB é a de promover o desenvolvimento técnico-científico e a capacitação de recursos humanos para a Indústria Mineral Brasileira

---

ADIMB
Agência para o Desenvolvimento
Tecnológico da Indústria Mineral Brasileira

FÓRUM ADIMB "PERSPECTIVAS E DESAFIOS PARA O SETOR MINERAL BRASILEIRO"

Brasília 11/08/2016

Discurso do Secretário Vicente Humberto Lobo Cruz-SGM/MME

Meus cumprimentos a todos, senhoras e senhores presentes.

Inicialmente quero expressar a nossa satisfação – Secretaria, DNPM e CPRM – em participar deste fórum e parabenizar a ADIMB, na figura do seu presidente Edson Ribeiro, pela iniciativa em abrir este espaço de diálogo, onde as novas diretrizes para o setor mineral brasileiro serão apresentadas e poderão ser discutidas entre os diversos atores aqui presentes, contribuindo para a construção de uma agenda de desenvolvimento.

Sinto-me honrado, pessoal e profissionalmente, por ter sido convidado, após 30 anos de atuação na indústria mineral brasileira, a assumir o cargo de Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. Considero esta tarefa, ao mesmo tempo, como uma oportunidade e um desafio. Oportunidade de contribuir com o desenvolvimento de um segmento tão importante para a sociedade e para o País. Sabemos que sem mineração a vida moderna não se sustenta. Desafio, pois nos encontramos atualmente em uma das maiores crises já experimentadas em nosso setor, fruto de uma combinação perversa de fatores internos e externos, e precisamos agir de maneira rápida e precisa para recuperar a credibilidade da indústria mineral brasileira e elevar nossa atratividade em um cenário de investidores ainda mais seletivos. Estejam certos de que a esta tarefa devotaremos nosso compromisso e os nossos melhores esforços.

O tema deste Fórum, "Perspectivas e Desafios para o Setor Mineral Brasileiro", não poderia ser mais pertinente neste momento em que estamos

construindo, com a participação do setor, uma nova agenda de Governo para a mineração brasileira.

A meta primeira da nossa gestão será superar os desafios que hoje se colocam como obstáculos ao pleno desenvolvimento do setor, com foco no resgate da credibilidade.

Registramos, a partir de 2013, quedas importantes nos indicadores econômicos da indústria mineral brasileira. Em 2015, o valor da produção mineral nacional foi de US$ 25 bilhões, contra US$ 52 bilhões em 2013. Além disso, o saldo da balança comercial mineral em 2015, de US$ 11,5 bilhões, sofreu uma queda de 60% comparativamente a 2013.

Temos convicção de que apenas o nosso esforço conjunto pode reverter esse quadro, em direção à retomada de resultados positivos para o nosso setor. É justamente por isso que nossa política será direcionada para toda a indústria mineral e não para segmentos específicos. Funcionamos de maneira orgânica e complementar e o fortalecimento de todo o setor não pode prescindir desse entendimento.

No contexto atual urge destravarmos o setor mineral brasileiro e interrompermos este processo de queda nos investimentos em pesquisa e exploração e em novos projetos que vimos experimentando desde 2013. Vivemos atualmente por um ciclo de baixa no preço das commodities minerais, que impõe às empresas redução de custos, priorização de portfólio e busca por aumento da competitividade. O investidor, por sua vez, mais seletivo, tem buscado países mais competitivos e com estabilidade institucional e jurídica e no atual contexto o Brasil se encontra na contramão desse processo.

Prova disso é que permanecemos com um baixo percentual de investimentos. No último ano recebemos apenas 3% dos investimentos mundiais em exploração mineral, ficando atrás de países como Chile, Peru e Colômbia.

A exploração mineral, como primeira etapa do ciclo de mineração, é fundamental para o estabelecimento da cadeia produtiva, em todas as suas fases, e como tal não pode ser deixada em segundo plano. É uma atividade que requer um longo espaço de tempo e cujo investimento do capital, sabemos, é considerado de alto risco. Por isso, merece a atenção do poder público, especialmente no sentido de garantir a viabilidade dos investimentos, a disponibilidade de conhecimento geológico básico e o incentivo a avanços tecnológicos.

Não podemos deixar de acrescentar que a longa discussão do marco legal trouxe uma grande incerteza para o investidor e precisamos urgentemente reverter esse quadro.

O Código de Mineração vigente tem o mérito de ser uma legislação estável, que ao longo de sua existência tem proporcionado a segurança jurídica demandada pelos investidores e que garantiu importantes avanços ao setor mineral brasileiro. Exemplo disso é que não há registro de empresas nacionais ou estrangeiras que tenham deixado de investir no Brasil em razão ordenamento legal vigente.

Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que conjunturas políticas, econômicas e sociais têm-se modificado cada vez mais e em velocidade cada vez maior, demandando mudanças estruturais que adequem os setores a essa realidade.

Trata-se, portanto, de um tema que precisa ser rediscutido à luz do atual momento da mineração mundial. Por essa razão, entendemos que o projeto de lei encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo em 2013 precisa ser

reavaliado com cautela, sem açodamento, tendo presentes, inclusive, as dificuldades naturais decorrentes da abrangência do seu escopo: a reunião, na mesma proposta, das questões institucionais, da problemática da CFEM e da elaboração de um novo Código de Mineração não se revelou, definitivamente, a melhor estratégia.

Outra questão que consideramos extremamente importante para ampliarmos a atratividade do setor mineral brasileiro a novos investimentos é promover o acesso do mercado a áreas com elevado potencial, mas que hoje, por alguma razão, encontram-se indisponíveis. Atualmente são mais de 20 mil áreas em disponibilidade no DNPM e que, através da adoção de mecanismos para darão mais agilidade ao órgão, poderão ser ofertadas ao mercado. Já a CPRM conta, atualmente, com mais de 350 áreas para carvão, ouro, zinco, chumbo, fosfato, caulim entre outros. O primeiro passo será a realização de um "road show" no mercado para as áreas prioritárias e até 2017 pelo menos 10 delas serão licitadas.

Estas ações já estão previstas no nosso Programa Piloto de investimentos: o PPI.

Na mesma linha, pretendemos discutir sobre a Reserva Nacional do Cobre e Associados, a RENCA, uma área de alto potencial com quase dois milhões de hectares, localizada nos estados do Pará e do Amapá, e que está bloqueada há mais de 30 anos.

Não posso deixar de ressaltar que setor mineral possui, ainda, restrições de caráter legal, que impactam a indústria nacional e que não têm recebido a devida atenção, mas que pretendo levar à mesa de discussão.

Sabemos que hoje, pela inexistência de regulamentação do artigo 231 da Constituição Federal, a pesquisa e a lavra de bens minerais estão impedidas de ocorrer em terras indígenas, terras essas que ocupam 14% do território nacional.

De outra parte, a legislação que estabelece condicionantes para que empresas de mineração possam atuar na faixa de fronteira também precisa ser revisto. Essa faixa ocupa 27% do território brasileiro e as restrições condicionantes estabelecidas precisam ser flexibilizadas.

Questões que envolvem a atividade minerária em áreas ambientalmente protegidas também serão objeto de debate, a exemplo da reserva legal, das unidades de conservação, da proteção a sítios espeleológicos e da necessidade de licença de supressão vegetal na pesquisa mineral. Não há dúvidas de que o desenvolvimento deve primar pela sustentabilidade e pelo respeito ao meio ambiente. Devemos ir, então, em busca de uma conciliação que represente um ponto ótimo, tanto do ponto de vista ambiental quanto do desenvolvimento socioeconômico. A mineração, como sabemos, gera emprego e renda para a sociedade e crescimento para o País, e esse potencial não pode ser negligenciado.

Nesse sentido, discutiremos também a simplificação do processo de licenciamento ambiental, de importância inegável, mas que não pode se converter em fator de desestímulo ao desenvolvimento.

Iremos tratar, ainda, com a proposta de recursos e reservas, já iniciada pelo setor, através da Comissão Brasileira de Recursos e Reservas, que no último ano deu um passo importante para a indústria mineral nacional ao se tornar membro oficial do Comitê Internacional de Normas de Declaração de Recursos Minerais.

Também faz parte de nossa agenda a discussão da revisão do monopólio dos minerais nucleares. Hoje Observamos que os principais países mineradores não apresentam restrições a esse comércio e concentrados de minerais nucleares são

comercializados em todo o mundo como commodities, sem colocar em risco os países que os produzem. Outro fator é que, em geral, os minerais nucleares ocorrem associados a outros minerais úteis, que têm o seu aproveitamento prejudicado por esta razão.

Não posso deixar de ressaltar, entretanto, que o exame dos temas elencados demandará tempo e cautela. Mas estejam certos de que estarei empenhado em dar início e tornar essas discussões efetivas no âmbito do Governo, sempre com a participação do setor privado e da comunidade interessada.

Outra prioridade em nossa gestão será a reestruturação das instituições de Governo do setor, a adoção de um modelo de gestão integrada nessas instituições e o estreitamento da relação entre o setor público e o setor privado, que em meu entendimento, não podem prescindir de uma atuação conjunta, em parceria, para que possamos alcançar melhores resultados.

Nesse sentido, no âmbito governamental, nossa meta será a reestruturação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), e a promoção de uma maior articulação entre essas unidades e nossa Secretaria.

Não temos muito tempo, mas temos muito trabalho. Por isso, devemos buscar uma ação de enfrentamento, em caráter mais urgente, e realizar um choque de gestão para que se promova um aumento da produtividade e da qualidade técnica.

No DNPM, atuando em conjunto com o Diretor-Geral, meu prezado Victor Bicca, acreditamos que a reestruturação da informatização e a definição de uma nova arquitetura organizacional para o órgão são medidas que possibilitarão maior celeridade na análise dos processos minerários, reduzindo o tempo para a emissão de títulos e o passivo processual do órgão, que hoje é de mais de 90.000 processos minerários.

Na CPRM, agora sob a Presidência do querido e competente colega Eduardo Ledsham, nossa prioridade é implementar um modelo de gestão mais eficiente, para que a empresa cumpra a sua missão, e direcionar a cultura organizacional para a superação de desafios, aumento da produtividade e atingimento dos objetivos estratégicos.

Estamos discutindo, também, os primeiros passos para a implantação de um banco de dados integrado do setor. Reconhecemos a importância da disponibilização e disseminação das informações como forma de demonstrar a potencialidade e as oportunidades para investimentos em pesquisa mineral no Brasil. Em paralelo esperamos atualizar e integrar os sistemas de informação, criando uma plataforma mais amigável para o acesso dos usuários.

É importante ressaltar a necessidade de adotarmos políticas não apenas para a ampliação da produção, mas também para a diversificação da matriz mineral do País. Nos últimos anos o minério de ferro tem sido responsável, em média, por 80% do valor da produção mineral brasileira e por 75% das exportações minerais nacionais. Há um grande potencial a ser explorado, que esperamos incentivar.

Um exemplo são os minerais para fertilizantes. A agropecuária brasileira é suporte de nossa economia e deve responder em breve por cerca de 10% do mercado mundial de commodities agropecuárias. É estratégico termos uma política de insumos agrícolas que garanta segurança futura a este setor, hoje muito dependente do subsolo de outros países.

Nesse sentido, deverão ser realizados levantamentos de recursos minerais específicos para potássio e fosfato, como forma de ampliar o conhecimento sobre o potencial nacional e disponibilizar novos dados.

Não posso deixar de citar aqui a pequena e a média mineração, que respondem, atualmente, por 80% da atividade minerária no Brasil, o que significa dizer que a sua relevância econômica e social é inquestionável. Paradoxalmente, entretanto, trata-se de um segmento onde se verifica um elevado grau de informalidade, gerando prejuízos econômicos, sociais e ambientais importantes.

Nesse sentido, nossa expectativa é estabelecer um programa de formalização para a mineração em pequena escala, que considere aspectos como financiamento e acesso a créditos, legalização, simplificação na aplicação da legislação vigente,, ferramentas de gestão, desenvolvimento tecnológico e adoção de melhores práticas. Não há, portanto, que se falar em inviabilidade de adoção de inovações tecnológicas neste segmento.

No que diz respeito a inovação e tecnologia, esperamos ampliar o diálogo com o CETEM, instituição vinculada ao MCTI, com o objetivo de desenvolver ações de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, com foco na verticalização do setor e na agregação de valor aos bens minerais.

Não podemos deixar de reconhecer que a responsabilidade ambiental e social é uma demanda cada vez mais presente nos mais diversos segmentos econômicos. Quando falo em recuperar a credibilidade da indústria mineral, não quero referir-me apenas aos investidores, mas a toda a sociedade, que precisa mudar a sua percepção da atividade minerária, conhecer a sua importância e reconhecer que a vida tal qual como é hoje não seria possível sem a mineração. E nesse sentido, o nosso papel é fundamental, como divulgadores de nossa atividade e de sua relevância econômica e social.

É justamente em busca dessa credibilidade junto à sociedade, e do desenvolvimento sustentável que queremos para o nosso setor, que não podemos permitir que acidentes como o do ano passado, em Mariana, com a barragem de Fundão, voltem a ocorrer. Outro evento dessa magnitude é inadmissível.

Por isso, consideramos ser essencial rediscutir a forma de atuação do DNPM no que diz respeito à fiscalização da segurança de barragens de rejeito de mineração. Precisamos revisar a metodologia adotada, de modo que a avaliação dos dados apresentados pelas empresas ocorra com a devida perícia técnica, assim como a verificação da realização de procedimentos preventivos e corretivos em barragens que receberem notificação de mau funcionamento. Isso requer o adequado aparelhamento do órgão e o reforço do esforço fiscalizatório.

Estamos avaliando ainda a criação de um instrumento que estabeleça a adoção, pelas empresas de mineração, de um sistema uniformizado de gestão de barragens, com a alimentação de um banco de dados integrado online, que possa ser visitado e monitorado pelo DNPM, enquanto órgão responsável pela fiscalização. Outro ponto importante é a gestão integrada com a CPRM, no que se refere ao conhecimento geotécnico das áreas de barragens e às politicas de prevenção e resposta a riscos.

Como disse anteriormente, há pouco tempo e um longo e árduo trabalho pela frente. Mas isso não nos assusta, ao contrário, nos motiva.

Os que me conhecem sabem que minha trajetória profissional, de mais de três décadas, foi sempre de muita labuta e superação.

Acredito, sinceramente, que com humildade, respeito ao próximo, determinação, trabalho em equipe e liderança poderemos alcançar grandes resultados para o nosso setor, promovendo a retomada dos investimentos, do crescimento da produção mineral e da geração de emprego e renda.

Reitero aqui o nosso compromisso e o nosso empenho.

Vamos olhar para frente, e contribuir, juntos, para a retomada do crescimento econômico de nosso País.

Muito obrigado!

Notícias de Mineração Brasil

VALE É A EMPRESA DE MINÉRIO DE FERRO MAIS LUCRATIVA DO MUNDO

A Vale foi a companhia mais lucrativa, no segmento de minério de ferro, do mundo no primeiro semestre deste ano. A afirmação é da própria mineradora brasileira que se comparou à BHB Billiton, Rio Tinto e Fortescue Metals Group (FMG) pelo critério de Ebitda ajustado em apresentação feita hoje em São Paulo.

O fato foi destacado em uma apresentação de André Figueiredo, diretor de Relações com Investidores (RI) da Vale e mostra que o lucro antes de juros, impostos, dividendos e amortizações (Ebitda) da Vale foi de US$ 3,8 bilhões, o que deixou a companhia a frente das concorrentes suas principais concorrentes.

Um gráfico que consta da apresentação mostra que a companhia ultrapassou, pela primeira vez em dois anos, as concorrentes. No primeiro semestre de 2016, o Ebtida de US$ 3,8 bilhões da companhia ficou a frente da Rio Tinto, com US$ 3,4 bilhões; BHP, com US$ 2,8 bilhões e FMG, com US$ 1,9 bilhão.

Nos dois últimos anos, a liderança nos lucros no segmento de minério de ferro esteve com a australiana Rio Tinto. A companhia, porém, vem de três semestres consecutivos em queda do Ebitda, de US$ 4,1 bilhões no primeiro semestre de 2015, para os US$ 3,4 bilhões na primeira metade deste ano. A BHP, terceira colocada, teve nos últimos semestres uma alternância de posição com a Vale, ficando abaixo no 1S14, 2S15 e 1S16, e acima no 2S14, 1S15.

A quarta empresa mais lucrativa no negócio de minério de ferro, a FMG, foi a que menos variou desde 2014. A companhia apresentou no primeiro semestre de 2014 um Ebitda de US$ 2,4 bilhões, US$ 500 milhões a menos do que na primeira metade deste ano.

O Ebtida da Vale no primeiro semestre deste ano é maior que os dois semestres de 2015, quando teve US$ 2,8 bilhões e US$ 3 bilhões, respectivamente. No entanto, o resultado é menor que o segundo semestre de 2014, quando o Ebitda foi de US$ 4 bilhões, e US$ 3,3 bilhões abaixo do primeiro semestre de 2014, quando o Ebitda foi de US$ 7,1 bilhões.

No relatório, a Vale cita que a “cadeia de valor expandida [em minério de ferro] oferece flexibilidade operacional para maximizar as margens”. A companhia

enumera suas 22 minas, quatro sistemas de produção, 12 plantas de pelotização, três ferrovias, quatro portos, dois CDs e cinco portos de blendagem.

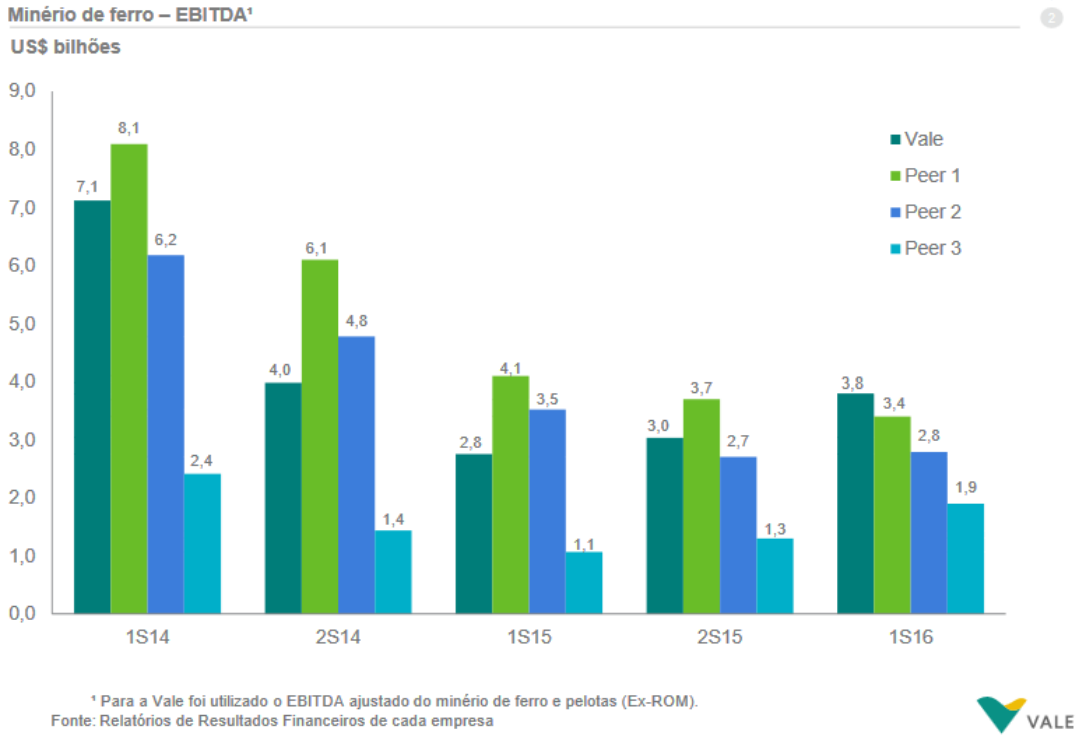


Gráfico disponibilizado pela Vale no relatório. Em ordem estão dispostas as empresas: Vale, Rio Tinto, BHP e FMG. Crédito: Divulgação

Autor(es): Valentina Ruiz Leotaud
Fonte: Mining.com
Data: 17/08/2016

em.com.br

SAMARCO ADMITE FALHA NA BARRAGEM QUE CAUSOU TRAGÉDIA EM MARIANA

Estudo contratado pela empresa aponta problemas de drenagem desde 2009 e indica que, apesar de tentativas de reparos, parte da ampliação da barragem foi feita sobre base instável

Dez meses após o rompimento da Barragem do Fundão, as causas da tragédia foram apresentadas ontem pela Samarco, dona do reservatório localizado em Mariana, na Região Central de Minas. O estudo feito por um corpo técnico de quatro especialistas foi contratado pela mineradora e pelas empresas Valle e BHP Billiton e apontou uma série de erros iniciados em 2009, que não foram solucionados, apesar de obras, que se mostraram ineficientes. Os problemas têm início no sistema de drenagem

da barragem, o que levou à entrada de lama em áreas não previstas, e são agravados pelas obras de alteamento do maciço. Por causa da lama acumulada na ombreira esquerda, o recuo foi feito nesse ponto sobre uma base de lama, portanto instável. Por fim, três pequenos abalos sísmicos ocorridos 90 minutos antes da tragédia funcionaram como gatilho para o processo de rompimento, que já estava bastante avançado, como ficou constatado na investigação particular, nomeada de Painel de Revisão da Barragem de Rejeitos de Fundão. De acordo com o Ibama, 50 milhões de metros cúbicos de rejeitos vazaram da barragem varrendo comunidades e causando inúmeros danos ambientais na Bacia do Rio Doce, até chegar ao Oceano Atlântico. Dezenove pessoas morreram vítimas da tragédia e mais de 700 ficaram desabrigadas.

O resultado do painel foi apresentado ontem por meio de videoconferência e as informações foram repassadas pelo engenheiro civil responsável pelas investigações, Norbert Morgenster, que está no Canadá. As conclusões do estudo contêm semelhanças com as causas apontadas no inquérito da Polícia Civil, apresentado em fevereiro, e se baseiam em três perguntas chaves: por que ocorreu o fluxo fluido de rejeitos?; por que ele ocorreu naquele local?; por que o rompimento ocorreu naquele 5 de novembro de 2015.?

Como resposta aos questionamentos, o especialista explicou que os problemas começaram no sistema de drenagem da barragem, com entrada de lama em áreas não previstas. O projeto original era depositar areia atrás do dique de partida e depois realizar o alteamento pelo método à montante para aumentar, de forma progressiva, a capacidade de armazenamento da barragem. A areia deveria conter a lama depositada de forma que os dois materiais não se misturassem e, para isso, uma “praia de areia”, de 200 metros de extensão, foi criada. Essa era a largura necessária para evitar que a lama chegasse próximo à crista da barragem, onde impediria a drenagem.

Os primeiros erros começaram a surgir em 2009, um ano após o início da construção de Fundão. Na época, foram constatados defeitos de construção no dreno de fundo, que resultaram em revisão do projeto inicial para reparo, em 2010. O novo projeto previa a construção de um tapete drenante destinado a controlar a saturação do reservatório.

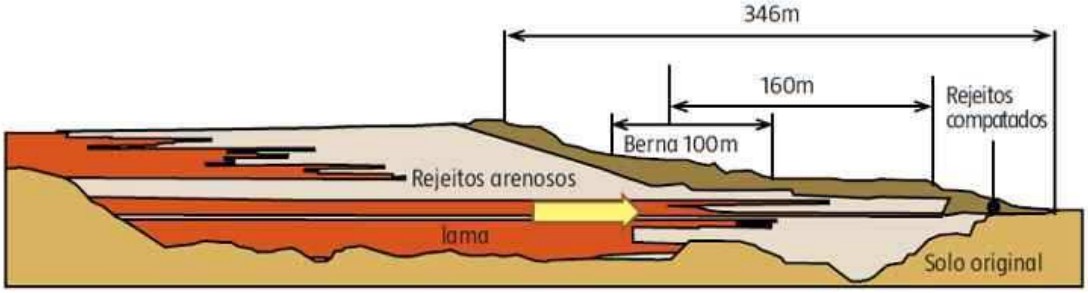
Ainda assim, em 2011 e 2012, enquanto o novo projeto estava sendo construído, houve um segundo incidente com a lama, com água chegando a apenas 60 metros da crista da barragem e não a 200 metros, como estava previsto com a criação da “praia de areia”. Com isso, a lama novamente se depositou em áreas indevidas. No final de 2012, mais problemas durante o processo de alteamento da barragem. Quando uma galeria do sistema de drenagem se mostrou estruturalmente deficiente e incapaz para suportar mais carga e, por isso, precisaria ser preenchida de concreto e desativa, o alinhamento da barragem na ombreira esquerda foi deslocado de sua posição para que as operações em Fundão fossem mantidas. Esse processo colocou o maciço diretamente em cima das lamas depositadas anteriormente, o que criou condições para que o processo de liquefação ocorresse.

Mesmo assim, as obras para alteamento continuaram e, em 2013, novas intervenções precisaram ser feitas para reparo de trincas na ombreira esquerda. No ano seguinte, o tapete drenante construído ao longo de 2011 e 2012 chegou à sua capacidade máxima e as lamas por baixo do maciço aceleraram o processo de liquefação da massas de areia depositadas acima desse material.

AS CAUSAS DA TRAGÉDIA

Painel de especialistas em geotecnia montado por escritório de advocacia internacional contratado pela Vale, Samarco e BHP Billiton aponta causas do rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana

Ombreira esquerda (local do problema)

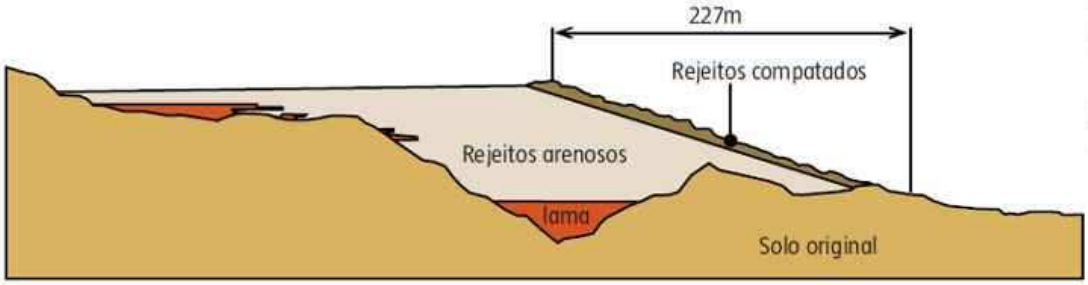


1 Falhas no sistema de drenagem do reservatório
Os danos no sistema começaram em 2009 e resultaram em maior saturação da barragem e disposição de lama em áreas antes não previstas. Foram feitos reparos, mas os problemas com a lama continuaram ao longo dos anos seguintes, exigindo novas obras e intervenções, ainda assim, insuficientes

2 Falhas no alteamento da barragem
Problemas estruturais com uma galeria de concreto fizeram com que o alinhamento da barragem na ombreira esquerda fosse deslocado da sua posição anterior, o que colocou o maciço em cima de uma base de lama e não de areia. Isso desencadeou o processo de liquefação do material depositado, ou seja, do estado sólido, os rejeitos assumiram o estado líquido.

3 Abalos sísmicos
Três pequenos abalos sísmicos ocorreram 90 minutos antes do rompimento da barragem e funcionaram como gatilho para o acidente. Segundo o estudo, eles aceleram o processo de rompimento, que já estava bastante avançado

Ombreira direita (projeto adequado)



Fonte: Painel de Revisão da Barragem de Rejeitos de Fundão

ABALOS Em 5 de novembro, um fator a mais contribuiu para o rompimento. De acordo com o resultado do painel, três pequenos abalos sísmicos registrados 90 minutos antes da tragédia funcionaram como gatilho para que a barragem se rompesse. “A modelagem do computador mostrou que as forças do terremoto produziram um incremento adicional de movimento horizontal nas lamas, que afetou de forma correspondente as areias sobrepostas. Esses movimentos adicionais, embora bem pequenos, e associados a grandes incertezas, provavelmente aceleraram o processo de rompimento, que já estava bastante avançado”, informa o documento, que segundo as contratantes, não apontou responsáveis ou atribuiu culpa, nem mesmo fez apontamentos se a Samarco seria capaz de evitar a tragédia.

Os representantes das três empresas estiveram presentes durante a apresentação do resultado do inquérito, mas não deram entrevista à imprensa. Diretor-presidente da Samarco, Roberto Carvalho se limitou a dizer que lamentava os danos causados ao meio ambiente e às vítimas e a comentar o trabalho. “Estamos empenhados em analisar os resultados e compartilhar com outras empresas para que tragédias dessa natureza possam ser evitadas em todo o mundo”. Assim como ele, o diretor-presidente da Valle, Murilo Ferreira, pediu desculpas às famílias das vítimas e afirmou que todas as empresas estão comprometidas com a recuperação ambiental e a assistência aos atingidos pela tragédia.

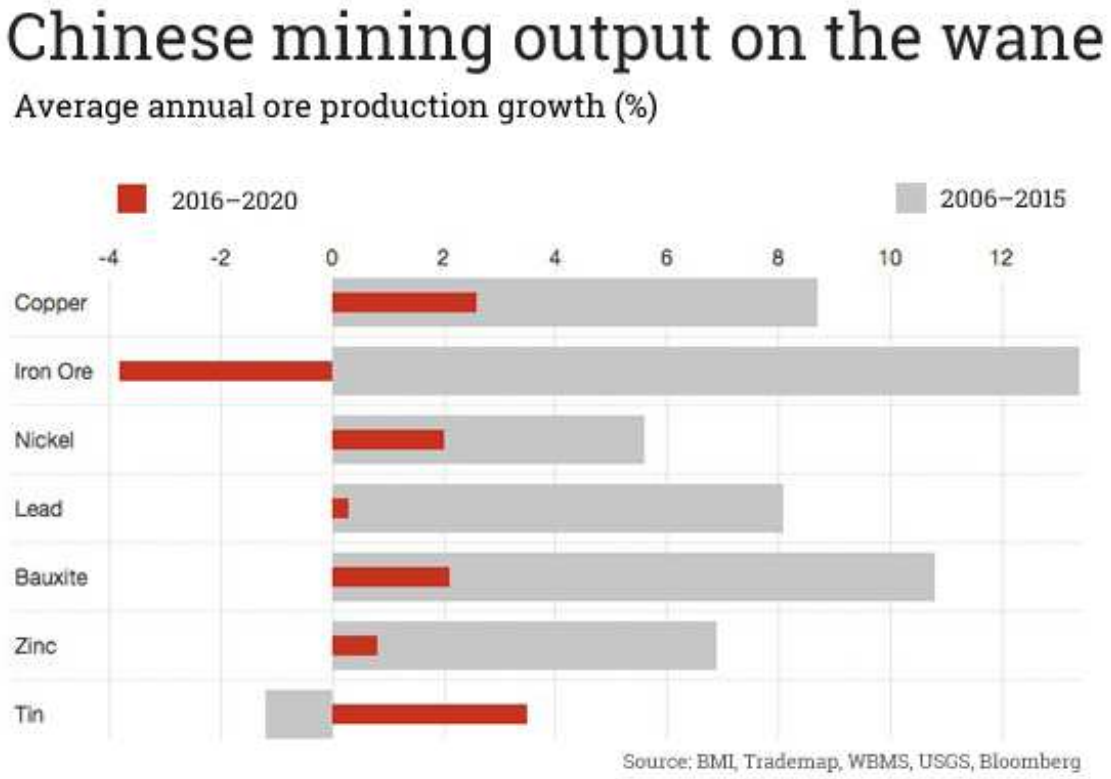
Autor(es): Valquíria Lopes
Fonte: Em.com.br
Data: 30/08/2016

MINING.com

CHART: CHINA MUST IMPORT MORE ORE

China is the leader in extracting gold, zinc, lead, molybdenum, coal, tin, tungsten, rare earths, graphite, vanadium, antimony and phosphate, and holds second place in mine production of copper, silver, cobalt, bauxite and manganese.

A new report from BMI Research shows the country's domestic mining output growth has slowed dramatically and will average far below levels attained in the last decade. Reasons for the slowdown are plentiful.



Besides lower prices, increasing costs, depleting grades and low reserves, Beijing's drive to consolidate the country's mining industry as part of its sharpened environmental policies has played an important role in curbing new capacity and forcing production cuts says BMI.

So far this year domestic copper, nickel, bauxite, iron ore and lead mining output have been curtailed (of course coal too). Tin and zinc mining supply have reacted to higher prices, but production growth is coming off a low base after two years of declines.

China's of consumption of metals and minerals far outstrip domestic supply – in iron ore its imports constitute nearly 80% of use and in copper it's approaching 50% and for nickel it's already above that.

Chinese imports of metals and minerals, particularly ores, have hit records recently with bauxite imports jumping nearly 18% year on year, already all-time high levels of iron ore cargoes have continued to grow while copper concentrate shipments are up more than a third.

Falling domestic production could only accelerate this trend and provide support for seaborne prices.

Autor(es): Frik Els
Fonte: Mining.com
Data: 17/08/2016

SETOR MINERAL – VOLTAR PARA AVANÇAR

O Código de Mineração, promulgado em 1967, propiciou o mais importante fluxo de descobertas minerais do país. Capitais internacionais no início, seguido por investimentos governamentais e privados, permitiram a descoberta e implantação de várias minas em Carajás (Fe, Mn, Au, Cu, Ni), Trombetas (Al), Paragominas (Au) Catalão (P, Nb), Tapira (Nb, P, Ti), Serrinha (Au), Araxá (U) Lagoa Real (U), Puma-Onça (Ni) Pitinga (Sn), Niquelândia (Ni), Barro Alto (Ni), Cana Brava (Amianto). Pode ser dito que excetuando o ferro de Itabira, todo o patrimônio mineral brasileiro que ocorreu foi construído sob a vigência, do atual código de mineração. Não interpretem tais argumentos como se aqui estivesse sendo dito que o mesmo não poderia ser melhorado.

Da implantação do código de 1967 até o momento, o setor mineral passou por cinco momentos de estresse, quatro deles decorrentes da insensatez governamental:

1. Criação da Reserva Nacional do Cobre
2. Reserva Garimpeira de Serra Pelada
3. Nacionalização da Exploração Mineral
4. Novo Marco Regulatório

5. Desastre Ecológico de Mariana

A reserva Nacional do Cobre instituída pelo Decreto nº 89.404, de 24 de fevereiro de 1984, resulta de uma cruel combinação de ignorância geológica, corporativismo estatal e nacionalismo infantil. Uma possível correlação geológica entre Carajás e uma grande área na fronteira do Pará com o Amapá, levou alguns militares a convencerem o governo de que criando uma reserva nacional do cobre, resolveria nossa crônica dependência de metais básicos (cobre-zinco-chumbo). O problema certamente não foi resolvido. Tal decisão, ao contrário, criou uma enorme instabilidade jurídica, visto que a área já continha direitos minerários de algumas empresas. Os direitos minerários não foram respeitados em flagrante agressão ao código de mineração. Nada ganhamos com isso, pois impedimos investimentos empresariais, favorecemos a atividade garimpeira, que de cobre, nunca produziu um grama sequer. O mais absurdo é como isso pode ter permanecido até hoje, constituindo uma situação em que um erro geológico foi oficializado por lei. A não revogação dessa insensatez só pode ser creditada à total inexpressividade política do nosso setor mineral.

A invasão das áreas da Vale, com direitos minerários, por garimpeiros, levou a explosão do garimpo Serra Pelada. O falso Eldorado nada deixou além de um rastro de miséria, endemias e um melancólico poço onde o mosquito da malária prolifera impunemente. Mais uma vez, a demagogia e desrespeito à lei levou o setor mineral a uma situação de insegurança jurídica, que tanto mal provoca a esse setor, por si só, carregado de riscos e dificuldades. Na verdade, o episódio Serra Pelada foi apenas um dos inúmeros desrespeitos ao código de mineração. No texto constitucional de 88, ficou explicitado o favorecimento à garimpagem em detrimento da atividade empresarial. Em 1980 éramos o quarto produtor mundial de ouro, hoje somos o décimo quinto, comprovando mais uma vez a nossa fragilidade setorial diante das decisões demagógicas.

Na crise de 2008, os fundamentos do sistema capitalista foram apressadamente questionados pelos idólatras do Estado. Alguns países produtores de bens minerais (Peru, Austrália, Zâmbia, Mongólia), em um momento de pouca lucidez, viram a oportunidade de incrementar receitas e exercer maior controle sobre suas "riquezas minerais". Para isso, correram em direção aos aumentos de impostos e introduziram mudanças restritivas e de cunho nacionalistas em suas respectivas legislações minerais. Aqui demos a nossa contribuição aos ventos mundiais por maior tributação, regulação e penalização aos "especuladores". O governo, tomando como base o setor petrolífero e reivindicando a defesa dos interesses nacionais, propôs um novo marco regulatório para mineração que substituiria o "obsoleto" código de 1967.

O novo marco regulatório parte de um diagnóstico até razoável: 1) Há uma clara desproporção entre o número de áreas requeridas e o volume de recursos efetivamente aplicado em exploração, 2) Algumas empresas, usando artifícios legais mantêm indefinidamente direitos minerais que deveriam ser transitórios. Certamente ambos os aspectos são profundamente prejudiciais ao setor e à sociedade, pela simples razão de que ambos retardam o fluxo de descoberta de novas jazidas. Não tendo descobertas não haverá mina, produção, emprego, divisas, desenvolvimento etc. Se o governo acertou no diagnóstico o remédio foi totalmente inadequado.

Imaginei que tínhamos aprendido com os erros constitucionais de1988. A constituição cidadã ao nacionalizar o risco, penalizou justamente a etapa de maior incerteza da atividade mineral. Com a Emenda Constitucional nº 6 /95, reparamos tal

equívoco trazendo de volta os investimentos, empregos e descobertas. Parece ser do nosso DNA aprender apenas com o sofrimento e não com os exemplos. O novo marco regulatório ao propor o término do direito de prioridade na exploração, repete melancolicamente os erros de 1988, agora com uma argumentação ainda mais incompreensível. O certo é dizer que o novo marco como está, inviabiliza totalmente as atividades de exploração mineral em novas áreas do território nacional.

É verdade que o novo marco não nacionaliza e tão pouco estatiza, mas ao usar o setor petrolífero como modelo comete um monumental equívoco. Do ponto de vista científico, os procedimentos exploratórios para o setor petrolífero e de metais são genericamente similares. Temos que saber onde os minérios ou o óleo se formou, como ele migrou, e finalmente onde se depositou. Mas do ponto de vista econômico e empresarial há uma distinção gigantesca entre os dois setores. O custo de um único poço da Petrobras no Pré-Sal pode equivaler ao que é gasto em exploração por ano pelas três maiores mineradoras mundiais.

Dos cinco momentos de estresse citados logo no início deste texto, apenas o último não foi induzido ou provocado pelo Estado. Não foi responsabilidade do estado o terrível acidente de Mariana. Mas não há como eximi-lo de sua parcela de responsabilidade. Responsabilidade dos dirigentes e de políticas públicas que permitiram a destruição lenta e progressiva do DNPM. Há trinta anos mostrávamos a inadiável necessidade de modernizarmos e sanearmos essa instituição, para que ela fosse capaz de atender suas atribuições institucionais. Nada foi feito e sua capacidade de fazer cumprir a lei e seu dever de alertar para possíveis negligências empresariais foram inteiramente inviabilizados.

O que causa estranheza, é que os problemas estruturais e conjunturais do setor mineral brasileiro vêm sendo apontados e criticados há mais de trinta anos. E por que nada é resolvido? Infelizmente porque ainda não aprendemos que leis e novos marcos não resolvem problema algum. Ao contrário, trazem insegurança jurídica afugentando principalmente os investimentos exploratórios. Se novas leis resolvessem nossos problemas, já tínhamos dizimado a corrupção, miséria e 50 mil assassinatos por ano. Acreditamos que os principais problemas do nosso setor seriam plenamente resolvidos se os órgãos públicos cumprissem seus deveres institucionais e as empresas não procurassem brechas jurídicas para defenderem unicamente interesses pontuais. É sempre assim. O setor público não cumpre suas obrigações diante do contribuinte e transferimos as responsabilidades para algum advogado de plantão preparar um novo projeto de lei.

Por que o DNPM aceita renovações totalmente injustificadas tecnicamente? As mesmas permitem aos detentores de pedido de pesquisa e alvarás manter sob os seus domínios milhares de hectares. Por que os órgãos ambientais, muitas vezes conduzidos por forte viés antimineração, protelam injustificadamente a liberação das licenças, às vezes até mesmo por interesses políticos? A questão fundamental do setor mineral no Brasil não é o número de áreas requeridas, mas do capital efetivamente aplicado na prospecção e pesquisa. Não será com sofismas que resolveremos os inúmeros problemas deste importante setor. O mesmo necessita de uma profunda reestruturação dos órgãos públicos, de algumas adaptações no Código e de efetivo cumprimento da lei. Sem isso, não teremos novas descobertas e, consequentemente, a implantação de novas minas. Esse é o único meio do setor trazer benefícios econômicos e sociais.

Há trinta anos já dizíamos no Jornal O Globo (Abril de 1988): “A dinamização do setor mineral brasileiro passa por medidas que incentivam a aplicação de capitais de risco, venham de onde vierem, e principalmente pela modernização do aparelho estatal para que fiscalize a aplicação com rigorosidade absoluta, punindo quem não cumpre o Código de Mineração. Em relação ao setor, devemos empreender profundas mudanças. Estas passam necessariamente pela consolidação do DNPM como um Bureau of Mines, e da transformação da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM) no serviço geológico nacional, similar aos EUA, Canadá, Austrália, Finlândia. ” O serviço SGB foi criado, mas os produtos por ele gerados estão longe de apresentarem a mesma qualidade técnica ou científica dos países citados.

A aprovação de medidas contrárias à mineração quase sempre decorreu de alianças entre parlamentares tanto à esquerda quanto à direita, portanto, não é fruto de um posicionamento ideológico. Pagamos um elevado preço pelo desconhecimento entre os parlamentares e a própria sociedade do que é o setor mineral, o qual é tido como sinônimo de riqueza fácil e desgraça ambiental. Fugir do debate, se omitir ou levar ao governo meramente demandas pontuais sempre relacionadas com impostos têm sido a principal razão pela nossa insignificância política. Quem representa o setor mineral?

Necessitamos ter uma visão sistêmica do setor onde a exploração mineral deve ter um papel fundamental, pois ela é o inicio de tudo. Temos que retomar o ordenamento jurídico de 1967, modernizando totalmente o DNPM através da informatização e restabelecendo padrões éticos inegociáveis. É essencial implantar um sistema tributário inteligente que contemple a ciclicidade da produção mineral (“banda tributária”). Temos que enfrentar as deficiências científicas e técnicas do SGB-CPRM, dando continuidade às reformas estruturantes pelo qual passou a instituição nos últimos três anos. O resto é com os investidores. Só assim avançaremos, estancando o desemprego e o desinvestimento que, há algum tempo, assola o setor mineral brasileiro em um quadro internacional de absoluta desfavorabilidade à mineração.

Autor(es): Noevaldo A Teixeira
Fonte: O Portal do Geólogo
Data: 19/08/2016

Valor ECONÔMICO

RESULTADO DE MINERADORAS AINDA RECUA NO 1º SEMESTRE

O salto observado nos preços do minério de ferro durante a primeira metade deste ano impediu a contínua deterioração dos resultados das maiores mineradoras do mundo. Mesmo assim, com recuperação mais lenta ou até queda nos preços de alguns produtos, o primeiro semestre ainda trouxe um balanço fraco das companhias.

Mas se o resultado atualmente é mais enxuto, o setor parece no caminho certo para se segurar mesmo no ciclo de preços mais baixos das commodities. Vendas de ativos não estratégicos para aumentar a rentabilidade média de seu portfólio de

negócios, redução nos investimentos e maior eficiência parecem ter funcionado para que no médio prazo as companhias de fato sejam mais sustentáveis.

O *Valor* compilou os resultados de Vale, Rio Tinto, BHP Billiton, Glencore, Anglo American e Fortescue Metals e o lucro líquido conjunto delas chegou a US$ 3,36 bilhões de janeiro a junho. Na segunda metade do ano passado, o prejuízo havia sido de US$ 24,61 bilhões, enquanto no primeiro semestre foram registradas perdas de US$ 6,7 bilhões.

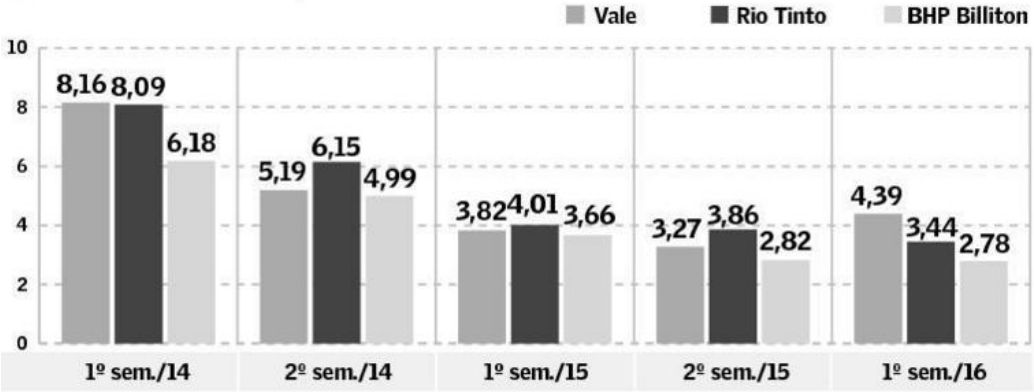
A melhora na última linha do balanço agregado foi possível porque a base de comparação era muito fraca. Baixas contábeis bilionárias foram realizadas em 2015 para comportar um novo cenário para as commodities metálicas, de preços baixos por um longo período. Só a Vale, maior produtora de minério de ferro do mundo, foi responsável por 39% do prejuízo conjunto do ano.

Alívio por ora

Ferrosos ajudam balanço de mineradoras – em R$ bilhões

	1º sem./14	2º sem./14	1º sem./15	2º sem./15	1º sem./16
Receita líquida	208,19	190,41	139,54	153,29	126,7
Ebitda	47,66	38,75	28,83	21,54	24,47
Ebitda de ferrosos	25,07	17,66	12,21	11,38	12,46
Investimentos	23,55	26,03	17,15	14,85	9,89
Dìvida líquida	121,39	111,47	114,83	109,84	106,99

Vale volta à liderança em minério de ferro



Fonte: Empresas. Elaboração: Valor

O que se observou na primeira metade de 2016, entretanto, foi uma recuperação dos minerais. No período, a cotação do minério de ferro subiu 26%, a do cobre avançou 4%, a do alumínio, 12%, e a do níquel, 17%. Mesmo assim, a receita líquida das mineradoras chegou a US$ 126,7 bilhões, menor em 9,2% do que no mesmo período de 2015 e caindo 17,3% em relação aos seis últimos meses do ano passado.

O que explica essa queda expressiva é a participação da Glencore na análise. Apesar de também ser grande minerador, o grupo é tradicionalmente um negociador de commodities. Em minério de ferro, por exemplo, participa praticamente só da parte de "trading" e vendeu apenas 23,6 milhões de toneladas no semestre, 17% do comercializado pela Vale, a maior do mundo.

Além disso, parte dos resultados da Glencore vem de produtos agrícolas e de energia, como petróleo e carvão. Os preços, nesse caso, também se recuperaram, mas em ritmo menor do que um dos principais produtos do semestre, o minério de ferro. Sem a Glencore, a receita líquida conjunta das mineradoras teria chegado a US$ 57,28 bilhões, 12,8% a menos em comparação anual, mas crescimento de 1,1% frente ao segundo semestre.

No caso do lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês), programas de eficiência em geral garantiram o primeiro aumento sobre o semestre imediatamente anterior desde o fim de 2013. As empresas chegaram a R$ 24,47 bilhões de Ebitda, o que significa queda de 15,1% em comparação anual, mas crescimento de 13,6% perante a segunda metade do ano passado.

Um dos melhores desempenhos foi o da área de minério de ferro, com US$ 12,46 bilhões - alta de 2% ano a ano e de 9,4% frente ao semestre anterior. A Vale ficou com um custo caixa até portos brasileiros próximo a US$ 12,50 por tonelada, contra US$ 17 um ano antes. Ao mesmo tempo, a Rio Tinto diminuiu o custo para US$ 14,30 em Pilbara, na Austrália, e a BHP, para aproximadamente US$ 15.

Esse esforço do grupo brasileiro garantiu que conseguisse registrar o maior Ebitda em metais ferrosos do mundo novamente, após dois anos. Na semana passada, André Figueiredo, diretor de relações com investidores (RI), comemorou o feito declarando que "o campeão voltou", em alusão ao coro das torcidas na Olimpíada. Ele lembra que um dos objetivos dos cortes de custos era conseguir traduzir o maior volume de produção do planeta também em maior rentabilidade do que seus concorrentes.

Outro problema, entretanto, continua acometendo o setor globalmente: a saúde financeira. A dívida líquida conjunta fechou junho em US$ 107 bilhões, com alavancagem (dívida líquida/Ebitda) média de 2,4 vezes. O maior endividamento dentre as empresas ainda é o da Vale, com US$ 27,51 bilhões, ou 3,6 vezes seu Ebitda.

Como meio de tentar sanar as finanças, além da economia de custos e vendas de ativos, as empresa reduzem drasticamente seus investimentos. Foi o terceiro semestre seguido de diminuição, dessa vez para US$ 9,89 bilhões. O nível de alocação de recursos em capital fixo é o menor da década e já caiu mais de US$ 20 bilhões nos últimos três anos.

A BHP quer enxugar em mais quase US$ 1,5 bilhão seus investimentos no ano fiscal que vai terminar em junho do ano que vem. Já a Rio Tinto pretende baixar esse gasto de capital em US$ 700 milhões no acumulado de 2016, enquanto a Vale quer cortar em no mínimo US$ 2,4 bilhões.

Autor(es): Renato Rostás
Fonte: Valor Econômico
Data: 31/08/2016

'CAOS' NO BRASIL NÃO PREOCUPA TANTO OS INVESTIDORES ESTRANGEIROS

O Brasil é um caos, dizem os economistas. A iminente votação sobre o impeachment da presidente Dilma Rousseff no Senado aviva as tensões em um país com grandes desigualdades. Então, por que as empresas estrangeiras mostram tanto entusiasmo?

Os fundos de cobertura internacionais, fabricantes de automóveis e empresas de mineração veem no Brasil, a maior economia da América Latina, um mercado que abrange 200 milhões de consumidores, uma oportunidade que não podem ignorar.

O "caos" brasileiro

Este ano a tensão política foi aumentando à medida que avançava o processo de impeachment de Dilma, acusada de ter maquiado as contas públicas.

Os seguidores do presidente interino, o conservador Michel Temer, afirmam que ele ocupa o cargo legitimamente, por ter sido o vice-presidente de Dilma. Mas alguns brasileiros se queixam das suas políticas de austeridade ou do fato de nunca terem votado nele.

"É um caos", opina Mark Weisbrot, codiretor do Centro para Pesquisa Econômica e Política, com sede em Washington.

"Há um governo de legitimidade duvidosa que redobra a aposta por políticas econômicas que fracassaram completamente, sem que se possa vislumbrar um fim" para a situação, afirma.

A corrupção

Analistas advertem que Temer poderia ser o próximo de uma longa lista de políticos brasileiros a ser envolvido no escândalo de corrupção da Petrobras.

Três ministros do seu governo renunciaram após serem acusados de estar implicados na rede de corrupção.

Mas seus partidários insistem em que Temer é o homem adequado para solucionar os problemas econômicos que Dilma não conseguiu.

"A crise política é efetivamente um caos", afirma a analista Jimena Blanco, diretora das Américas da consultora de riscos britânica Verisk Maplecroft.

"O governo atual também está muito manchado pelas acusações de corrupção. A diferença é que a coalizão que apoia Michel Temer funciona na prática", completa.

A confiança dos investidores

Apesar do caos, a confiança dos investidores foi aumentando desde o início do governo pró-mercado de Temer, com seus planos de cortes de gastos públicos, principalmente nas aposentadorias.

Desde o final de janeiro, a Bolsa de Valores de São Paulo acumulou ganho de 37%. O rendimento de um bônus estatal brasileiro em 10 anos caiu cerca de 30%.

A baixa popularidade do presidente interino, que tem a aprovação de apenas 13% da população, segundo uma pesquisa recente, não parece preocupar os investidores.

"Não acredito que se preocupem com isso. Para eles o que importa são os lucros a curto prazo", afirma Weisbrot.

Da prosperidade à recessão

A economia brasileira se expandiu durante o mandato do ex-presidente Luiz Inacio Lula da Silva, antecessor e aliado de Dilma no Partido dos Trabalhadores (PT). Mas a bonança terminou durante o segundo mandato de Dilma, com uma recessão em 2014.

"Os governos do PT, especialmente sob o mandato de Dilma, eram muito a favor de culpar o setor privado por muitos dos problemas que correspondiam a limitações estruturais da economia brasileira", afirma Blanco.

"É uma tensão habitual na América Latina. Muitos dos governos de esquerda tomam medidas para favorecer as empresas nacionais em detrimento das estrangeiras", acrescenta.

No entanto, durante seus 13 anos no poder, o PT foi reconhecido por defender direitos trabalhistas e tirar milhões de brasileiros da pobreza.

"Os mercados querem se desfazer do Partido dos Trabalhadores. Nunca gostaram dele", diz.

Repercussões regionais

O Brasil sofre sua pior recessão em décadas. A economia do país encolheu 3,8% no ano passado. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prognostica uma contração de outros 3,3% neste ano, e a volta do crescimento em 2017.

"A América Latina precisa que o Brasil volte a crescer", afirma Ramón Aracena, economista-chefe do Institute of International Finance, uma associação internacional bancária e de investimento.

"Há uma grande interconexão na região. Se o Brasil for bem, vai levantar o resto das economias", acrescenta.

A China foi o principal investidor no Brasil neste ano, com cerca de quatro bilhões de dólares investidos em ativos, segundo a agência de notícias financeiras Bloomberg.

"Apesar dos seus problemas, é um país que é grande demais para ignorar", observa João Augusto Neves de Castro, diretor encarregado das Américas da consultora Eurasia Group.

"O custo de fazer negócios é muito alto, mas uma vez que se aposta no longo prazo, se ganha muito dinheiro", completa.

Fonte: Zero Hora
Data: 26/08/2016

ESTADÃO

SAMARCO DEVE PAGAR COMPENSAÇÃO DE R$ 1,3 MILHÃO POR MÊS, DIZ MP

O Ministério Público Estadual de Minas Gerais acionou a Justiça para obrigar a Samarco e suas controladoras, Vale e BHP Billiton, a repassarem à Prefeitura de Mariana mensalmente R$ 1,3 milhão para gastos do município com Saúde e Educação. O valor, segundo a promotoria, corresponde à média mensal da arrecadação da cidade, no ano passado, com a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), tributo federal que deixou de ser pago pela Samarco com o embargo das atividades no município depois do rompimento da Barragem de Fundão, em 5 de novembro do ano passado.

Do total arrecadado pela CFEM, 65% ficam com o município onde há a exploração mineral. O restante fica com a União (12%) e Estado (23%). O último recolhimento do imposto foi feito em janeiro, segundo informações fornecidas pela prefeitura.

Na ação, a promotoria argumentou que a paralisação das atividades da Samarco no município acarretou "prejuízos expressivos aos direitos fundamentais da população de Mariana, mormente nas áreas de Saúde e Educação aos quais são indisponíveis e basilares para qualquer concepção de dignidade da pessoa humana". "Há o risco de interrupção no funcionamento do hospital e fechamento de creches", afirmou o promotor Carlos Eduardo Ferreira Pinto, responsável pelas investigações sobre as causas da tragédia em Mariana.

Verbas

Segundo dados da prefeitura anexados à ação, somente o gasto mensal com a folha de pagamento da Saúde é de R$ 3,5 milhões por mês. Já o repasse de recursos municipais ao Hospital Monsenhor Horta, o principal da cidade, é de R$ 450 mil por mês. Na Educação, a folha dos servidores tem o mesmo valor do pessoal da Saúde, R$ 3,5 milhões. As creches, que atendem cerca de 600 crianças, precisam de R$ 2 milhões por mês.

A ação, que está a cargo da Justiça em Mariana, solicitou que o pagamento do valor seja feito "até a retomada integral das atividades minerárias pela Samarco ou até a renúncia ao direito minerário e assunção do mesmo por outra empresa". Conforme o promotor Felipe Faria, que também participa das investigações, a ação foi embasada no fato de que, segundo a legislação ambiental, danos decorrentes de acidentes ambientais têm de ser cobertos por quem os provocou.

O Ministério Público tem cerca de 15 ações em andamento pedindo providências pelo rompimento de Fundão e acredita existir centenas conduzidas por outros entes em Minas e no Espírito Santo.

Em nota, a Samarco afirmou não possuir débito sobre a arrecadação da CFEM. A empresa e suas controladoras afirmaram não ter conhecimento da ação. As informações são do jornal "O Estado de S. Paulo".

Autor(es): Leonardo Augusto
Fonte: Estadão
Data: 31/08/2016

Jornal do Comércio

OURO FECHA NO MENOR NÍVEL EM 2 MESES, COM EXPECTATIVA DE ALTA DE JUROS NOS EUA

O ouro encerrou a sessão desta terça-feira no menor patamar em dois meses, diante da expectativa dos investidores pela retomada do ciclo de elevação de juros nos Estados Unidos.

Os contrato mais negociados na Comex, a divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), para dezembro, recuaram 0,8%, para US$ 1316,50 por onça-troy.

Os investidores incrementaram suas apostas de aperto monetário nos EUA neste ano após os comentários da semana passada da presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central americano), Janet Yellen, e do vice-presidente da instituição, Stanley Fischer, e diante do aumento acima do esperado na confiança do consumidor em agosto.

"Todos os dados serão examinados minuciosamente em busca de pistas sobre o momento de elevação de juros e todos os porta-vozes do Fed serão acompanhados de perto pelo mesmo motivo", observa David Govett, da Marex Spectron, acrescentando que isso poderá significar instabilidade de preços.

Taxas de juros mais elevadas tendem a pesar sobre o ouro, já que investimentos em renda fixa se torna mais atraentes.

Fonte: Jornal do Comércio
Data: 30/08/2016

AMANHÃ

YARA COMPRA UNIDADE DE FERTILIZANTES EM GOIÁS

Aquisição da Adubos Sudoeste reforça presença no centro do país

A Yara International anunciou nesta quinta-feira (25) a aquisição da unidade de fertilizantes da Adubos Sudoeste, em Catalão (GO). Com capacidade para produção

de 300 mil toneladas por ano, a fábrica deve atender principalmente produtores das culturas de soja, milho, feijão, tomate, batata, cebola e alho, do estado de Goiás.

Em comunicado, o VP Sênior da Yara International e presidente da Yara Brasil, Lair Hanzen, afirmou que o Estado é fundamental para os planos da companhia no país, pois responde por grande parte da produção das principais culturas de exportação brasileiras. “Além disso, também mantemos nossos esforços para aumentar a produção de fertilizantes, com o intuito de reduzir a dependência brasileira de importação de matérias-primas”, complementou Hanzen. No início do ano, o executivo já havia sinalizado o interesse da empresa em reforçar os investimentos em áreas de produção já que o país importa cerca de 70% das matérias-primas que compõem o fertilizante (potássio, fósforo e nitrogênio), em matéria publicada no portal AMANHÃ (leia aqui).

O negócio ainda espera aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e não teve seu valor divulgado. Mas o aporte se soma a uma série de investimentos feitos pela companhia norueguesa no Brasil. Além da aquisição da Bunge Fertilizantes (2013) e da joint venture com a Galvani (2014), a Yara trabalha na construção da primeira fábrica de fertilizantes foliares e micronutrientes fora da Europa, em Sumaré (SP). A companhia ainda destinará US$ 1 bilhão nos próximos anos às plantas de mineração de fosfato, em Minas Gerais e no Ceará, e mais R$ 1 bilhão na modernização e expansão do complexo industrial de Rio Grande (RS) – investimento confirmado em abril deste ano (leia aqui).

Fonte: Amanhã
Data: 25/08/2016

Valor ECONÔMICO

MOMENTO EXIGE REFORMAS ESTRUTURAIS, DIZEM EMPRESÁRIOS

Consumada a cassação de Dilma Rousseff, o empresariado pede que sejam feitas reformas estruturais para que o país volte a crescer. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) defende a urgência de uma reforma fiscal, com um teto para os gastos públicos, reforma da Previdência, queda dos juros, aumento do crédito, além de concessões e PPPs para obras de infraestrutura.

Apoiadora de primeira hora do impeachment, a Fiesp disse que o Brasil viveu um dia "histórico" com o fim de um "desgastante processo" e conclamou o país a se unir. "É hora de virar a página, deixar as diferenças para trás, arregaçar as mangas e, de braços dados, reconstruir o Brasil", disse a entidade, cujo presidente, Paulo Skaf, integra o partido de Temer, o PMDB.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) disse estar disposta a colaborar com o governo no que for necessário para a estabilidade macroeconômica e a retomada do crescimento da economia.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) destacou que o desfecho do impeachment abre caminho para o entendimento em torno de "reformas necessárias

para garantir o futuro do país". As prioridades são a trabalhista e a previdenciária, sustentou o presidente da CNI, Robson Andrade.

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) espera que o novo governo, o Congresso e os partidos "correspondam à expectativa da nação e saibam enfrentar os desafios enormes à nossa frente". Para a CNA, o país tem agora "todas as condições para voltar a crescer, de forma sustentável, e distribuir renda e bem-estar a todos os brasileiros".

O setor de óleo e gás espera que o governo adote as medidas anunciadas na interinidade. "Vão ter de focar a agenda em decisões mais complexas: a discussão do conteúdo local, resolver [o fim da figura do] operador único... são questões mais complexas que demandam o governo ter base para tomar as iniciativas", disse o secretário-executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), Antônio Guimarães.

O impeachment cria condições para reformas e melhora da confiança, o que pode despertar o interesse do comprador de imóveis, diz o diretor da Associação Brasileira das Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), Luiz Fernando Moura. O presidente da Abrainc, Rubens Menin, espera que o Minha Casa, Minha Vida 3 seja efetivado na próxima semana.

A indústria de alumínio lista quatro pontos para conseguir ganhar competitividade e se recuperar. Milton Rego, presidente da Associação Brasileira do Alumínio (Abal), cita o código de mineração, o custo da energia, a reforma tributária e a defesa comercial. "[O novo governo] Terá que garantir estabilidade econômica e aplicar de fato o ajuste fiscal, o que vai segurar a inflação e reduzir juros".

O presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), José Ricardo Roriz Coelho, diz que a confiança melhorou após o afastamento de Dilma. "Mas não adianta ter só confiança", pondera. Para ele, a PEC do teto de gastos é "um bom sinal" de que o Estado, ineficiente, não vai aumentar.

Fonte: Valor Econômico
Data: 01/09/2016

TERRA VIVE NOVA ÉPOCA GEOLÓGICA, DEFENDEM CIENTISTAS

Para grupo de especialistas, impacto da ação humana sobre o planeta pôs fim ao Holoceno e marca início de nova época, chamada Antropoceno. Recomendação, apresentada em congresso de geologia, aguarda aprovação oficial.

A ação do homem sobre a Terra é tão impactante que justificaria a declaração de uma nova época geológica, segundo acredita um grupo internacional de cientistas. A recomendação foi apresentada nesta segunda-feira (29/08) ao Congresso Internacional de Geologia, que ocorre na África do Sul.

Para os especialistas, a época denominada Antropoceno, ou "Nova Idade do Homem", teria se iniciado em meados do século 20, entre as décadas de 40 e 50, quando houve dispersão de material radioativo após testes com bombas nucleares, o que causou impacto significativo no planeta.

Segundo os cientistas, porém, há uma série de outros sinais que podem servir de justificativa para a declaração de uma nova época, como a poluição por plástico, a fuligem do ar e até mesmo as ossadas deixadas pela proliferação global de galinhas domésticas, criadas para alimentar a população.

Especialistas se referem ao período desde os anos 50 como a "Grande Aceleração", e uma olhada nos gráficos que mostram as mudanças químicas e socioeconômicas na Terra a partir dessa data deixa evidente o porquê de tal denominação.

As concentrações de dióxido de carbono, metano e ozônio estratosférico no ar, as temperaturas da superfície terrestre, a acidificação dos oceanos, a captura de peixes marinhos, as perdas de floresta tropical, o crescimento populacional, a construção de grandes barragens, o turismo internacional - todos esses indicadores decolaram a partir de meados do século 20.

Para os cientistas, um dos principais culpados é o aquecimento global, impulsionado pela queima de combustíveis fósseis. "Muitas dessas mudanças são duradouras geologicamente, e algumas são praticamente irreversíveis", justifica o estudo apresentado na Cidade do Cabo.

Para que o Antropoceno seja de fato declarado realidade, a recomendação do grupo de cientistas - denominado Working Group on the Anthropocene (WGA) - precisa ser aprovada oficialmente, o que pode levar pelo menos dois anos, já que exige a ratificação de vários organismos acadêmicos.

Os geólogos dividem a história da Terra em distintas épocas. Atualmente, segundo o consenso vigente, vive-se o Holoceno, que teve início há quase 12 mil anos com o fim da última era glacial.

O termo Antropoceno foi introduzido nos anos 2000 pelo biólogo americano Eugene Stoermer e pelo meteorologista holandês Paul Crutzen. Desde então, a denominação é constantemente utilizada no meio acadêmico e defendida por muitos grupos de cientistas, apesar de não oficial.

Fonte: Terra
Data: 29/08/2016

24th World Mining Congress
MINING IN A WORLD OF INNOVATION
October 18-21, 2016
Rio de Janeiro/RJ - Brazil

www.wmc2016.org.br

JAZIDA .COM

WORKSHOP

CONTROLE DE ÁREAS

Gestão e monitoramento de ativos minerais

Brasília, 27 e 28 de setembro de 2016

Cronograma do Evento

Dia 27 de setembro

09h30 – Abertura
09h50 – Controle de áreas ativas
11h20 – Licenças ambientais
12h40 – Almoço
14h10 – Interação com departamento financeiro
15h40 – Coffee Break
16h50 – Comunidade e superficiários
16h55 – Palestrante convidado*

Dia 28 de setembro

08h30 - Processos inativos e sua importância
10h30 – Coffee Break
10h50 - Monitoramento de oportunidades
12h30 – Almoço
14h00 – Contratos de joint ventures e acordos
15h40 – Coffee Break
16h00 – Direito minerário internacional
16h55 – Palestrante convidado*

*Palestrantes convidados: Sr. Israel Lacerda (Consultor Legislativo Senado Federal) / Sr. Aloísio Cruz (Diretor DGTM/DNPM)

Prazos Importantes

09/09/2016 (sexta feira) – Data limite para inscrição no evento

Investimento

R$ 500 / pessoa (limitado a participação de 2 pessoas/empresa)

* Vagas Limitadas

** Forma de pagamento: Boleto bancário

*** Incluso participação no evento e coffee break

Jazida.com

contato@jazida.com

(61) 3026 - 2238

SCN, Quadra 02, Bloco D, Torre A, salas 501/503/505, Centro Empresarial Liberty Mall
Cep: 70712-903, Brasília/DF, Fone/Fax: 61 3326-0759